

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA NOS JORNAIS IMPRESSOS DE TERESINA

Maria Gláucia Ferreira Ponte (UFPI)

Luís Carlos Sales (UFPI)

GT 13- Educação e Representação Social

Este trabalho se deterá na identificação das Representações Sociais da Escola Pública de Teresina que circulavam nos jornais: O Dia, Estado do Piauí e Jornal do Piauí na década de 1960, com o propósito de perceber o valor social dessa escola no contexto daquela década.

A análise dos impressos é relevante aos estudos das Representações Sociais, tendo em vista a dimensão informacional dos jornais que colaboram como mediador entre escola pública e a sociedade, fornecendo um conhecimento consensual sobre a mesma. Os jornais nos permitem penetrar no passado e observar como a escola oficial era percebida pelo olhar da sociedade a partir de um órgão de comunicação que tem o poder de legitimar os objetos sociais.

Moscovici (1978), formulador da teoria da Representação Social, nos aponta a mídia como aquela capaz de trazer o conhecimento especializado “reificado” para o nível consensual, que se caracterizam como sendo o saber do senso comum. O jornal, à medida que constrói a história do dia a dia, vai deixando transparecer em suas páginas a imagem que se tinha da escola pública.

A linguagem coloquial dos jornais torna o texto acessível a todas as camadas letradas da sociedade, sendo, também, fonte de formação e difusão de representações, pois, à proporção que o jornalista capta a imagem de escola pública no meio social, (re)elabora e a divulga na imprensa, que, por sua vez, é recuperada pela comunidade que também forma os seus conceitos sobre a instituição.

Essa circulação proporciona um movimento dialético entre a comunidade e o jornal o que colabora na construção de Representações Sociais sobre a escola, e foi o que nos levou a eleger a mídia impressa (o jornal) como o instrumento mais acessível para se apreender o valor da escola pública, a partir de recortes de jornais da referida década.

Os meios de comunicação social - MCS são, na atualidade, veiculadores de representações sociais que marcam fortemente a sociedade moderna. Guareschi e Jovchelovitch (2000) afirmam que nesses meios “representações e símbolos tornam-se a própria substância sobre as quais ações são definidas e o poder é - ou não - exercido” (p. 20).

Moscovici, citado por Jodelet (2001), reconhece o papel dos meios de comunicação, apresentando-os como um dos objetos da Psicologia Social a partir dos quais é possível se chegar aos fenômenos cognitivos. O psicólogo identifica, nos meios de comunicação, um espaço para encontrar as representações do pensamento social.

Jodelet (2001), a quem devemos a sistematização da teoria das representações sociais, confirma esta tese ao destacar os fatores que faz da comunicação um campo fértil dos fenômenos representativos:

Primeiro, ela [a comunicação] é o vetor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, ela incide sobre os aspectos

estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente, ela contribui para forjar representações que, apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos. Energética e pertinência sociais que explicam, juntamente com o poder performático das palavras e dos discursos, a força com a qual as representações instauram versões da realidade, comuns e partilhadas (JODELET, 2001, p.30).

Flausino (2001) esclarece que os MCS dão acesso ao conhecimento da vida cotidiana, porque “sendo humanamente impossível conhecer tudo o que é conhecido por todos, acabamos por criar a necessidade de uma abertura para o mundo distante da nossa vivência diária. Esta abertura é ocupada pelos *mass media*” (p.104).

Moscovici (2000) entende que a psicologia das formas de pensamentos ou de linguagem são sociais, dada a sua construção no espaço coletivo. “O coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social” (MOSCOVICI, 2000, p.12). Os jornais são, sem dúvida, um dos suportes que veiculam esse pensamento coletivo e, através deles, as representações sociais deixam registradas suas marcas no transcurso da história.

Por isso mesmo, as Representações Sociais não estão paradas no tempo. Moscovici (2001) reconhece essa capacidade de transformação e a justifica pelo seu processo de construção, já que envolve primordialmente interações entre os sujeitos sociais. Numa sociedade em constante movimento, as mudanças de representações são conduzidas com agilidade pelos MCS.

Flausino (2001) endossa Moscovici ao afirmar que “o conhecimento disseminado através de matérias jornalísticas é um produto da interação social e ao mesmo tempo um fator de transformação social” (p.104). Penin (1989), seguindo o pensamento de Lefebvre, acrescenta que entre as representações circulantes algumas se consolidam, enquanto outras somem sem deixarem marcas. Isso acontece, uma vez que, por meio da comunicação, as representações sociais se estruturam e são estruturadas. A comunicação contribui com o processo de construção das representações sociais e dialeticamente as representações sociais orientam as ações comunicativas.

A mobilidade das representações sociais nos MCS torna possível a ruptura da imagem do objeto, anteriormente construída, por meio do discurso veiculado nos jornais, provocando modificação das relações com a alteridade no dia-a-dia, à medida que detém os acervos sociais de conhecimento aos quais os jornais são um meio de acesso. Assim, os jornais possibilitam a construção da mudança de atitude sobre o objeto abordado nesta pesquisa.

Esta dinâmica das representações é explicada pelo fato de as culturas terem marcas tanto do individual como do coletivo, o que garante o estabelecimento de uma tensão que confere o sentido. Temos, assim, as representações partilhadas, que são geradas a partir do conflito importante nesta teoria, pois é ele quem proporciona as mudanças e nos permite perceber o dinamismo da sociedade, tanto das cognições quanto das comunicações públicas.

Ficou claro que:

A comunicação social é responsável pelo modo como se forjam as Representações Sociais, assim como determina a formação do processo representacional estruturado em três níveis: 1/ cognitivo (refere-se ao acesso desigual das informações, interesses ou implicações dos sujeitos, necessidade

de agir em relação aos outros); 2/ formação da RS (objetivação e ancoragem) 3/ edificação das condutas (opiniões, atitudes, estereótipos) (NOBREGA, 2003, p. 58, 59).

A elaboração de Representações se dá através das duas faces indissociáveis como estabelece Moscovici (1978). A figura que, é construída a partir do processo de objetivação, quando um conceito, fenômeno ou idéia se materializam, torna-se entidade ou ainda, o abstrato se concretiza, expressando uma realidade tangível tida como natural e a significação que é construída a partir do processo de ancoragem, quando transforma o não familiar, o estranho, em familiar. Através dela se insere o novo na comunidade, pois faz comparações, categorização, classificação com o intuito de atribuir um sentido ao objeto ainda não assimilado por um determinado grupo, tornando-o reconhecido e aceito por todos os seus membros. A ancoragem permite aos indivíduos, a partir deste processo, a compreensão da realidade por meio da interpretação, constituindo-se em elemento de instrumentalização do saber.

Ressalta-se que enquanto a objetivação se insere no campo cognitivo e corresponde ao lado passivo; a ancoragem estabelece laços com o campo social, por isso, está em constante transformação, assim corresponde ao lado ativo.

Portanto, foi amparado na teoria de Moscovici (1978) que realizamos a interpretação do *corpus* coletado dos jornais, apoiando-se na Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1977). Esta análise busca o sentido transmitido pelo texto que não pode ser captado como um fato isolado, uma vez que as formas que os sujeitos se apresentam, no discurso, equivalem a diferentes representações que tem de si e do controle sobre a construção do mesmo discurso. Segundo Puglisi e Franco (2003),

O significado de um objeto pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu *corpus* de significações. Já, o sentido implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado, que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas (p.15).

A análise de conteúdo nos possibilitará um aprofundamento da interpretação dos enunciados em estudo. Pretendemos captar, a partir das relações entre locutor, interlocutor e contexto social em que foram produzidas, as influências e ideologias que perpassam o texto. Queremos, com isso, extrair as representações das escolas públicas de Teresina na década de sessenta, captando seu valor e conceitos que foram produzidos e veiculados por meio dos discursos dos jornais em análise.

A unidade de registro para análise é o tema. Entendido tema como toda sentença que colocou em destaque nos jornais a escola pública: primária e secundária, seus professores, alunos, festas, greve entre outros. A escola particular só foi observada à medida que fazia contraponto com as escolas públicas.

Para realizarmos esta análise buscamos nas unidades de sentido do *corpus* identificar as unidades temáticas com o propósito de classificá-las em suas respectivas categorias e subcategorias conforme o quadro 1.

A unidade de contexto foram as políticas educacionais desenvolvidas pelo governo ao longo dos anos sessenta. Elas nos dão os subsídios para compreender os caminhos da educação na presente década.

Nessa perspectiva, destacamos a Lei 4.024, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1961. Ela é resultado dos conflitos e discussões travados entre os grupos que defendiam a escola pública e gratuita e os que lutavam pela sua privatização. Conciliatória, a referida LDB permitiu que o ranço privatista permeasse o meio social com a subvenção da escola particular através da política de bolsas de estudo.

Destaca-se, ainda, que o Brasil, da década em análise, viveu sob o julgo do militarismo que desmobilizou o movimento de educação popular, ao tempo que se registrou os acordos com os Estados Unidos que ficaram conhecidos por MEC-USAID. Como recorda Shiroma (2000), “é inegável que as reformas do ensino empreendidas pelos governos do regime militar assimilaram alguns elementos do debate anterior, contudo fortemente balizados por recomendações advindas das agências internacionais e relatórios vinculados ao governo norte-americano” (p.33).

Os jornais selecionados para realizar a pesquisa foram: O Dia, Estado do Piauí e Jornal do Piauí. A escolha fundamentou-se na circulação periódica que os mesmos tinham na época em estudo. A variedade teve por objetivo possibilitar uma visão mais ampla sobre o tema em análise o que nos libertaria de uma visão unilateral proporcionada por uma única fonte. No entanto, ressaltamos que o único jornal disponível (a partir de 1966 até 1969) e, portanto, que percorre todo o período de estudo, ou seja, os dez anos, foi O Dia.

Destacamos que a análise de cada periódico foi realizada mediante a escolha de um jornal a cada ano, ou seja, no ano de 1960 Estado do Piauí; 1961 O Dia e assim sucessivamente conforme o quadro 2. Em cada mês do ano, foram selecionados de dois a seis jornais para se constituírem em *corpus* de análise.

A amostragem foi obtida ao acaso, no entanto, em quantidade suficiente que nos possibilitou delinear com clareza as representações sociais da escola pública nos jornais impressos de Teresina daquela época.

Nestes jornais, coletamos editoriais, artigos, notícias, notas das escolas nos níveis: primário, ginásio e científico¹ de Teresina, tanto públicas quanto particulares. Como o período estipulado para análise foi significativo, proporcionando um grande volume de material coletado, o *corpus* da análise foi constituído a partir de uma amostragem representativa do universo que nos possibilitou uma otimização do trabalho analítico.

A coleta do *corpus* deu-se no Arquivo Público de Teresina e no arquivo do Jornal O Dia. Nestes espaços, os jornais selecionados foram fotografados com máquina fotográfica digital. As fotos foram transferidas para um microcomputador e organizadas em CDs de modo a propiciar melhores condições de trabalho para os pesquisadores.

Para facilitar a análise, categorizamos o *corpus* coletado tendo em vista os conteúdos que emergiram nos discursos dos jornais. No quadro 1, seguem as categorias e subcategorias estabelecidas:

Quadro 1 – Categorias e Subcategorias de Análise

Categorias	Subcategorias	Definição
------------	---------------	-----------

¹ O curso ginásio equivalente ao 1º grau, hoje, ensino fundamental e, o científico equivalente ao 2º grau, hoje, ensino médio.

1. Escolas:	1.1 Pública:	1.1.1 Primária 1.1.2 Secundária	Matérias que nos permitem perceber a qualidade da escola pública de Teresina e as ações do Estado no setor educacional	- imagem positiva ou negativa da escola pública; - qualidade da Escola
	1.2 Particular		Inserção da escola particular na sociedade. Participação do Estado no financiamento educacional desta escola.	- inserção dos estudantes pobres nas escolas particulares; - bolsa de Estudo oferecida pelo poder público.
3. Agentes:	3.1 Autoridades Públicas; 3.2 Diretores; 3.3 Professores; 3.4 Alunos.		Agentes que compõem a vida da escola pública ou que, sobre ela, têm influência.	- observamos o prestígio do agente no meio social - o orgulho de ser aluno de uma escola pública
4-Greve nas Escolas:	4.1 Públicas; 4.2 Particulares		Movimentos reivindicatórios que paralisaram as atividades dos professores.	- quem fazia greve na década de 1960; - como era resolvido o impasse.

Abaixo a lista dos jornais selecionados que compõe o *corpus* analisado:

Quadro 2 – Jornais Selecionados por Ano.

1960	Estado do Piauí
1961	O Dia
1962	Jornal do Piauí
1963	Jornal do Piauí
1964	O Dia
1965	O Dia (jan. a abr.) Estado do Piauí ² (maio a dez.)
1966	O Dia
1967	O Dia
1968	O Dia
1969	O Dia

A análise mostra que as escolas públicas de Teresina, na década de 60, desfilavam cheias de pompa nos jornais da cidade, os quais representavam um espaço de prestígio e de

² O único jornal que o Arquivo Público possui de 1965 é o Estado do Piauí, mas não constam os quatro primeiros meses. No arquivo do jornal O Dia foi possível completar os meses que faltavam.

circulação das informações dentro da sociedade. Sua recorrência na mídia imprimia vitalidade, pois proporcionava a inserção da mesma nas conversas, nos temas em discussão, principalmente se a matéria era provocada por picuinhas e jogo de poder, isso era o que não faltava na imprensa da época.

Salientamos a deferência com que Colégio Estadual Zacarias de Góis³ e a Escola Normal Antonino Freire eram anunciados nos jornais. É significativo o relevo conferido às matérias que enalteciam tais instituições, evidenciando o interesse do governo em manter um ensino oficial sólido e o destaque aferido aos professores da época, mercedores de toda distinção:

O Colégio Estadual e a Escola normal <<Antonino Freire>> desta capital, continuam a merecer do Govêrno, o mais vivo interesse. Neste último estabelecimento, foi criado o curso noturno [...] (*Estado do Piauí 04/01/60, p.01, foto 138, Título: O Transcurso de um Ano de Fecunda Administração*⁴).

No último dia 15 de maio corrente, transcorreu o meio-século de vida – de tradição e glórias (sic)– da Escola Normal Oficial. Instituto de Ensino dos mais importantes do Estado, ali têm pontificado Corpos Docentes os mais brilhantes, bem assim, dela teem (sic) saídos professoras de grande valor (sic) (*Estado do Piauí 19/05/60, p.03, foto 154, Artigo: Escola Normal no seu Cincoentenário (sic) - por O Buggy Britto*).

A excelência do Colégio Estadual Zacarias de Góis era garantida pelas normas internas que controlavam as transferências. Alunos reprovados ou que não tivessem boas notas eram excluídos. As determinações divulgadas em edital eram rígidas e severas e nos fazem perceber que a seleção era criteriosa. Ressaltamos que tanto as matrículas como o exame de admissão foram divulgados, naquele ano, através de edital, o que mostra a seriedade e o compromisso de quem fazia a escola.

5 Não se aceitam transferências:

- a) para 1ª. e 2ª. séries do curso ginásial, nem para a 2ª. e 3ª. séries do curso científico (sic).
- b) de alunos reprovados em outros estabelecimentos

6 Não é permitido matrícula aos alunos do Colégio Estadual do Piauí reprovados mais de uma vez na mesma série e aos que cursavam no mesmo Colégio e abandonaram o curso, sem que hajam legalmente cancelado a matrícula. Igual proibição se estende aos estudantes que não tiveram bom procedimento em 1959, atestado pelo Diretor, professores e chefes de disciplina (*Estado do Piauí, 11/02/60, p.02, Foto: 14, Edital: Colégio Estadual do Piauí*).

O reconhecimento da Escola Normal como formadora de alunos competentes e preparados para dar continuidade aos estudos fica evidenciado no item dez do edital do Exame de Admissão do Colégio Estadual do Piauí: “10 Os concludentes do ginásio da Escola Normal

³ O Colégio Estadual Zacarias de Góis é também conhecido como Liceu Piauiense ou simplesmente Colégio Estadual.

⁴ Discurso de Chagas Rodrigues transcrito no jornal Estado do Piauí.

<<Antonino Freitas>> terão primazia sobre os demais no que respeita a matrícula, na primeira série do curso científico” (*Estado do Piauí 11/02/60, p.02, Foto: 14, Edital: Colégio Estadual do Piauí*).

As dificuldades para ser admitido como aluno do Colégio Estadual Zacarias de Góis revelam o valor social atribuído pela sociedade à escola pública. Muitas das vagas da instituição eram ocupadas pela elite. Para os estudantes pobres terem acesso, o governador, por meio de decreto, fixava um percentual de vagas nas escolas públicas aos estudantes carentes. A determinação comprova a concorrência desleal que já acontecia entre os alunos da elite e os carentes, senão o estabelecimento de cotas estipulado em lei não teria sentido:

O Exmo. Sr. Governador do Estado recomendou a Secretária da Educação e Saúde que, nos editais de inscrição ao exame de admissão [...] se observe o disposto no art. 140 da Constituição do Estado, o qual determina a reserva de vinte por cento das matrículas nos estabelecimentos oficiais para os estudantes reconhecidamente pobres.[...] (*Estado do Piauí 24/11/60, p.01, foto: 170, Nota Oficial do Governo*).

Essa concepção se confirma na carta enviada por João Alves Bezerra, 51 anos, ao Professor Tito Filho, nela pode-se mensurar o grau de elitismo que envolvia o Colégio Estadual. Carregada de emoção e dramaticidade, a carta escancara a realidade de uma escola oficial destinada a uma parcela da população já privilegiada:

Tenho 51 anos de idade. No meu tempo de infância, aprender a ler era um privilégio dos ricos, dêses que quanto mais têm, mais querem ter, inclusive tomando nos colégios as vagas destinadas aos pobres.
[...] Quantas vezes meu velho e saudoso pai voltava indignado por não ter conseguido uma vaga no Liceu, para os filhos. Muitas vezes vi meu bom velhinho chorar por ver a impossibilidade de me educar (*O Dia 08/01/61, p.03, Foto 04, Carta: Carta ao Prof. A Tito Filho*).

Eram justamente os alunos da escola pública, entre eles os da elite, associados aos professores, que se mobilizavam para organizar as festas na instituição, entre elas, a data de aniversários da escola. Eles não mediam esforços para dar brilho ao acontecimento.

A data era uma das mais importantes, por isso tudo era festa. O diretor, representante oficial da instituição, recebia os agradecimentos feitos pelos que reconheciam a importância da escola pública no cenário de Teresina.

A cidade também comungava do entusiasmo do evento, pois os jornais, sem poupar elogios, davam ênfase a esse momento de confraternização. Através dele, o nome das escolas se sobressaía, bem como o seu valor enquanto instituições. O que proporcionou a estas escolas desafiarem o tempo e, como rainhas, atravessarem, sem concorrentes, a história que imortalizou os seus nomes.

A 15 do mês em curso, como sempre acontece nos anos anteriores, a Escola Normal <<Antonino Freire>> estará em festas em virtude do aniversário de sua fundação. A comissão Organizadora das festividades teve a gentileza de nos endereçar cativante convite, pelo que lhe agradecemos, principalmente ao digno Diretor da Escola Normal <<Antonino Freire>> Prof. Afrânio Nunes [...] (*O Dia 18/05/63, p.04, Foto: 34, Título: Escola Normal <<Antonino Freire>>*).

A 4 de outubro o Colégio Estadual <<Zacarias de Góis>>, atualmente com mais de três mil alunos dos dois ciclos, e pelo qual já passaram tantos piauienses ilustres, completará mais um ano de sua preciosa existência. As festividades das começarão a 1º de outubro e se prolongarão até o dia 4 do mesmo mês. A festa do 4 de outubro desde ano, no Colégio Estadual Zacarias de Góis prometem ser animada e bem concorridas, destacando-se o baile do dia 4 de outubro, no qual dar-se-á a coroação da Rainha da Festa. Parabenizamos, antecipadamente, o Ilustrado Prof. Lisandro Tito de Oliveira pelo transcurso do 120º aniversário de fundação do glorioso e tradicional Educandário por ele dirigido, há quase três anos, com critério, moderação e espírito de sacrifício e, ao mesmo tempo, lhe agradecemos o convite que nos dirigiu para assistirmos às solenidades já programadas (*O Dia 30/09/65, p.01, Foto: 46, Título: Colégio Estadual Zacarias de Góis*).

O Colégio Estadual também é exaltado ao ser comparado ao colégio Pedro II, estabelecimento federal padrão do ensino secundário do Brasil com sede na antiga capital do Rio de Janeiro, Guanabara. A comparação é uma forma de realçar qualidades semelhantes e transferir a consideração reputada de um para outro que a ele se assemelha:

[...] A história do secular educandário, por lei equiparado (sic) ao Colégio de D. Pedro II, da Guanabara, e considerado estabelecimento – padrão do ensino médio no Piauí - a história do Liceu é a história de muitas lutas, de muitos sacrifícios, de muitas abnegações e de muitas renúncias de homens inteligentes e capazes, devotados às causas da cultura e da educação [...] (*O Dia 05/10/66, p.01, Foto: 127, Artigo: O Grande Educandário*).

Com base na exposição até aqui, percebemos claramente que as Representações Sociais da Escola Pública possuíam conteúdos positivos, uma vez que era reconhecida e elogiada pela sociedade, estando sempre em relevo nos jornais.

Evidenciamos que os alunos da Escola Pública figuravam nas Colunas Sociais, sobressando-se os estudantes filhos de famílias ilustres. Como é o caso da filha do Vice-Governador João Clímaco de Almeida: Vera Lúcia, estudante do Zacarias de Góis; além dela, outros alunos também eram destacados, o que corrobora com a percepção de uma escola oficial ocupada, também, por aqueles que têm capital social e político, como verificamos nas matérias que seguem:

Aniversariou no dia de ontem a garôta Vera Lúcia Tajra Torres, filha do casal Vice-Governador João Climaco D’Almeida – D. Hercília Torres de Almeida. Vera Lúcia é aluna do Colégio Estadual “Zacarias de Góis”, onde cursa o 1º ano ginásial, após submeter-se aos exames dos quais saiu vitoriosa em primeiro lugar (*O Dia 08 e 09/12/66, p.8, Foto 168, Título: Aniversariou Ontem*).

Aniversaria no dia de hoje a srta. Conceição de Maria Sousa, filha do casal José Nicodemos Sousa - D. Sinhareza Sousa, da Faculdade de Floriano. A jovem aniversariante cursa atualmente a 3ª série do curso ginásial na Escola Normal “Antonino Freire” e reside na companhia do casal Deoclécio Dantas (*O Dia 07/12/66, p. 08, Foto 164, Coluna: Fatos e Notícias*).

As Debutantes, também, eram destaque nos jornais:

Nome: Maria da Conceição Rodrigues Castelo Brando
Nome dos pais: Joffre⁵ e Ditosa Castelo Branco [...]
Primeira escola: Grupo Escola “Barão de Gurguéia”.
Outros colégios: Colégio Estadual do Piauí.
Certificados e diplomas: Primário e ginásial.[...] (*O Dia* 12/01/64, p.07, Foto 02, Coluna: *Para a Mulher - Ficha de Identificação por Ana Paula*).

Entrevistamos, hoje, a menina-môça ISABEL MARIA DE PAIVA DIAS NETA, filha do Sr. Arthur de Paiva Dias e D. Florisa de Paiva Dias. [...]Estuda no Colégio Estadual “Zacarias de Góis”, onde cursa a 2ª série ginásial e pretende seguir Medicina. Escolheu, para fazer o seu “debut”, o Clube dos Diários [...] (*O Dia* 01/12/66, p.06, Foto: 153, Coluna: *Andréia Apresenta: Panorama Social*).

Outra prova do prestígio da escola pública da época é a aprovação no exame vestibular em outros estados.

Acaba de obter o 5.º lugar no Exame Vestibular da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, entre centenas de candidatos, o jovem piauiense Carlos Augusto Pires de Oliveira, [...] iniciou o ginásio no Colégio Estadual do Piauí, onde conquistou bolsa de estudos e transferiu-se para o Colégio Pedro II, concluindo o curso secundário nesse tradicional estabelecimento federal (*O Dia* 19/03/61, p.01, Foto 33, Coluna : *Isso Realmente Aconteceu: subtítulo – brilhantismo*).

Na década de 60, os jornais circulavam numa Teresina pequena em que alguns professores eram chamados de mestre, catedrático, considerados catedráticos do Colégio Estadual do Piauí, símbolo da riqueza e da cultura da época. A imagem firmada do professor se deve ao “capital simbólico” no qual ele era investido. Essa percepção proporcionava uma posição de relevo. O que diziam e faziam os professores tinha um valor agregado, marcado por sua posição social. Tal destaque pode ser percebido através da presença dos professores nos jornais: “Com destino ao Rio de Janeiro, viaja domingo hoje pelo avião da Cruzeiro do Sul o prof. Oscar Olimpio Cavalcante, Diretor da Escola Normal <<Antonino Freire>> e que naquela cidade tratará de assuntos de interesse daquele Estabelecimento [...]” (*Estado do Piauí* 11/12/60, p.06, Foto: 178, Título: *prof. Oscar Cavalcante*).

Os valores amalgamados à imagem dos professores e pontuados nos jornais indicam o significado de ser professor naquele momento histórico. O nome, professor, imprimia *status*, visto que, no transcorrer dos anos, eles aparecem nas colunas sociais dos jornais onde são saudados na data dos seus aniversários o que evidencia o elevado valor social atribuído aos professores das escolas públicas:

Transcorreu dia 8 do corrente o aniversário natalício da conceituada educadora conterrânea, professora Cristina Leite, Catedrática de Português e Francês do Colégio Estadual do Piauí. A Professora Cristina Leite é jornalista militante,

⁵ O Coronel Joffe Castelo Branco foi prefeito e vereador de Teresina e comandante da Polícia Militar do Piauí.

emprestando, de quando em quando, sua valiosa colaboração a este órgão (*O Dia 12/01/64, p.07, Coluna: Registro*).

Estão aniversariando hoje:

Denise Ribeiro de Farias,

Srta. Odete Batista, professora da Escola Normal; (*O Dia 06/01/66, p.07, Foto 44, Coluna: Registro*).

Nas famílias tradicionais, era comum a presença do professor. Como exemplo, temos Rosa Leal, professora da Escola Normal. Outros acontecimentos sociais relacionados à vida dos professores da escola pública são motivo de evidência nos jornais:

Francisco de Assis Castro Lima, funcionário do Banco do Estado, filho do Prof. Benedito de Castro Lima e de D. Maria Cristina Castro Lima, contraiu matrimônio com a Srta. Rosa de Sousa Leal, Professora da Escola Normal, filha do Sr. Josino de Barros Leal e de D. Rosa de Sousa Leal, tradicional família de Picos. Aos recém-casados os nossos cumprimentos (*O Dia 20/07/66, p. 08, Foto 96, Coluna: Fatos e Notícias*).

Assim como a escola pública secundária, a escola pública primária, também, ocupava espaço na mídia impressa, embora não tivesse o mesmo destaque. Percebemos, no início da década de 60, o esforço do Governador Chagas Rodrigues para melhorá-la, conforme nota no jornal Estado do Piauí:

[...] Além de novos Grupos Escolares, de construção concluída no atual Governo, tanto na capital como nas sedes municipais e áreas rurais, conforme acordos e auxílios federais, foram criados para suprir necessidades inadiáveis 50 cargos de Regente de Ensino e 50 de professor primario (sic), destinados a escolas localizadas nas diferentes áreas do nosso territorio (sic).

[...] Do mesmo modo procedeu-se quanto a reparos e conservação de edificios, destinados aos funcionamento (sic) de Grupos e Escolas Reunidas e Isoladas (*Estado do Piauí 02/01/60, p.01, Foto 138, Título: Transcurso de um ano de Fecunda Administração- subtítulo Educação*).

Em relação ao professor da escola primária, encontramos no *corpus* da amostra dos jornais da década de 1960, a seguinte nota: “Aqui no Piauí nem se fala. Professôra primária súa (sic) em dois turnos, aguenta (sic) desaforo de pai de moleque mal educado e ganha uma miséria. E note-se que até as promoções a quem tem direito não são feitas [...]” (*Jornal do Piauí 07/10/62, p. 02, Foto 144, Título: Professoras Primárias*).

O governo lança-se, também, numa política de formação de professores leigos através da implantação dos Cursos de Emergência. A formação tem o propósito de suprir a necessidade de mestres em turmas primárias. Começa-se, assim, o processo de improvisação de professores o que, com certeza, vai colaborar para a desvalorização do ensino naquela instituição. O jornal O Dia, assim, anuncia a formação da primeira turma: “Encerraram-se ontem as solenidades do Curso Para Formação de Professôres de Emergência - 1ª Turma – patrocinado pela Secretária da Educação” (*O Dia 31/03/64, p.01, Foto: 36, Título: Professores de Emergência*).

A construção de mais salas de aula é cobrada:

A secretaria (sic) de Educação deve prosseguir no plano de novas construções de prédios escolares para o ensino primário (sic) em Teresina, visto como é grande o número de crianças e jovens em idade escolar, entre nós, que não freqüentam escolas pela deficiência delas. (O Dia 08/07/65, p. 06, foto 25, Coluna: *Ecoss e Fatos*)

Por outro lado, as escolas particulares se inserem nos jornais como concorrentes da escola pública secundária. Elas defendiam com ardor o seu espaço, querendo se mostrar tão competentes quanto as públicas. Essa posição evidencia que a escola oficial era modelo de comparação para as escolas particulares da época.

O ensino particular precisa ser mantido neste país ainda de elevado índice de analfabetismo. Ensino particular em todos os graus, inclusive o ensino técnico. As falhas que existem nos estabelecimentos de ensino particular, existem também (sic) nos estabelecimentos de ensino oficial, mantidos pelo Governo (*O Estado do Piauí 11/04/63, p.01, Foto 32, Artigo: Ginásio Desembargador Antônio Costa por Cunha e Silva.*)

Como muitos alunos carentes não encontravam vagas nas escolas públicas quer por não passar no exame de admissão, quer pelo limitado número de vagas, a alternativa eram as escolas particulares. Por não poder arcar com as mensalidades, eles eram sustentados na escola privada por bolsas de estudo distribuídas pelo poder público. Percebe-se o desvirtuamento dos recursos do Estado, pois ao invés das verbas serem canalizadas para a escola pública, que, como vimos, eram insuficientes, estas iam para as escolas particulares.

Isso se deve à política adotada pelo Estado brasileiro, uma vez que a LDB 4.024/61 assim se estabelecia em relação aos recursos para investimento na educação, conforme informa Saviani (1998): “os recursos públicos ‘serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino’. E em seguida regula a concessão de bolsas bem como a cooperação financeira da União com Estados, Municípios e iniciativa privada [...]” (p.20). O que fica evidente nas matérias que seguem:

Determinado jornalista piauiense, constantemente, está a dizer que as bolsas de estudo destinadas a alunos piauienses foram conseguidas por certo suplente de senador. Pura inverdade. É que o jornalista a serviço do “suplente”, não se interessa pela verdade dos fatos e sim pelos cobres da firma do suplente [...] (*Estado do Piauí 04/12/60, p.6, Foto 176, Título Bolsas de Estudos Para o Piauí.*)

Os colégios particulares estão cobrando os olhos da cara dos pais de família. Daqui a pouco o ensino particular, que tanto dinheiro recebe da União, se destinará apenas aos ricos. Há exceções e bem honrosas (*O Dia 26/02/61, p. 01, Foto: 18, Coluna: Isso Realmente Aconteceu- subtítulo Para Ricos.*)

Na década de 60, acompanhamos, ainda, nos jornais de Teresina, os movimentos reivindicatórios dos professores visando a melhorar os seus salários, o que resultou na greve de 1964, uma tentativa de greve em 1966 e a mobilização grevista de 1968.

É interessante observar que só fazem greve os professores do grau médio, o professor primário fica de fora. As greves são rápidas e geralmente encabeçadas pelos professores das

escolas particulares. Só em 1968, a escola pública se mobiliza. Observa-se, ainda, o poder público atuando para resolver com agilidade a greve das escolas particulares em 1964.

A greve de 1964 tem um caráter peculiar. Embora seja deflagrada pelos professores das escolas particulares, o Estado aparece como moderador do movimento. Por determinação do MEC, as escolas particulares não podiam aumentar as mensalidades. A medida engessava o salário dos professores, e o governo do Estado disponibilizou as verbas para resolver a questão, assim, coloca um fim ao movimento como se acompanha a seguir:

[...] Depois de manter entendimento com o Delegado do Trabalho, Dr. Pedro Lemos, Inspetor Seccional do Ensino, Professor Paulo Nunes, diretor dos estabelecimentos particulares e representantes dos professores, decidiu, “tendo em vista que é dever do Estado promover a paz social e defender os interesses da coletividade, proporcionando e sobretudo aos menos favorecidos, os meios necessários à educação”, complementar os estabelecimentos particulares cujos professores se encontravam em greve, com a importância necessária a fazer face ao aumento pleiteado, até solução a ser dada pelo Governo Federal. Segundo nota oficial expedida pela secretaria de Estado do Governo, a despesa decorrente da complementação será da ordem de Cr\$ 35.000.000,00, no corrente exercício (*O Dia 12/03/64, p. 01, Foto 27, Foto 32, Título: Terminada a greve dos professores*).

Em 1966, mais uma vez, a greve é proposta pelos professores do ensino médio das escolas particulares. Eles continuam insatisfeitos com o seu salário-aula, por isso inicia-se o processo de mobilização. No entanto, o que parecia certo tem um desfecho diferente. A greve não acontece. O sindicato estava ilegal. Por seu turno, os diretores inflexíveis não cedem aos apelos dos professores. Um artigo publicado em 1966 mostra o desenrolar da greve e a situação dos professores:

[...] Com a Lei de Greve, que faz algumas exigências corretas para a sua decretação, foi nomeada autoridade para dirigir os trabalhos, segundo se sabe – e nada saiu, porque, de acordo com os comentários generalizados, o Sindicato não tem vida regular, está fora da proteção da lei, não possui ordenação no quadro dos seus membros. E a greve gorou. E os professores continuam a ver navios, [...] (*O Dia 12/05/66, p. 01, Foto: 74, Título: Vencimento de Professores*).

Em 1968, o panorama muda. A greve foi anunciada pelos professores da Rede Oficial nos jornais com a manchete desafiante: “Professores decidem: Aulas só depois do Aumento Salarial” (*O Dia 14/05/68, p.01, Foto: 26, Título: NOTA OFICIAL*). A categoria é convocada pela Associação dos Professores do Ensino médio do Piauí – APEMOPI a abandonar as salas de aula. O Governo, por meio do Secretário de Educação, no entanto, não reconhece a greve, mas se compromete a atender as reivindicações da classe:

[...] 1 - esta secretaria conhece a formação do Governador Helvídio Nunes e a sua dedicação à causa do ensino do Piauí sabe que o Governo, que não decide emocionalmente, também não aceita qualquer pressão sobretudo ilegítimas; m – o Governo do Estado cumprirá a palavra empenhada, porque sempre soube honrá-la, e na próxima segunda-feira enviará à Assembléia Legislativa mensagem especial, que tratará não apenas da situação de uma classe, mas que

atenderá todo o funcionalismo do estado do Piauí [...] (*O Dia 17/05/68, p.01 e p.08, Foto: 34 e 35, Título –Nota Oficial*).

Diante desta panorâmica, podemos afirmar que a Escola Pública Secundária de Teresina na década de 60 esteve em alta. Ela foi prestigiada pela sociedade que partilhavam uma Representação Social positiva da instituição. Já a escola primária também se sobressai, por ela passaram muitos alunos que, depois, ingressaram no Liceu e Instituto de Educação, como é o caso de Maria da Conceição Rodrigues Castelo Branco, filha de Joffree Castelo Branco, que foi prefeito e vereador de Teresina. Chamamos atenção, ainda, para o fato de que muitas professoras primárias, que estudaram na Escola Normal, vinham de famílias tradicionais.

As razões para o elevado valor social das escolas públicas secundárias são visíveis nos jornais. Eles evidenciam nas suas matérias e notas a presença da elite inserida na estrutura da escola pública. Essa imagem refletia-se sobre os sentimentos da população uma vez que os alunos mais carentes se sentiam preteridos, perpassavam as conversas, entremeavam os burburinhos, evidenciavam-se através dos sobrenomes dos alunos ou por meio do olhar de quem conhecia quem era quem, estavam na lei que estabelecia cotas para os estudantes pobres.

A elite daquela época podia estudar no colégio que quisesse, pois, tinha capital financeiro para manter seus filhos na escola particular e capital cultural para disputar com desenvoltura uma concorrida vaga na escola pública.

Logo, se a elite estava no Liceu, no Instituto de Educação é porque a escola oficial era considerada a melhor, a que tinha mais qualidade, que correspondia aos seus anseios de classe dominante. Essas instituições públicas davam a eles condições para ocupar no futuro os cargos de dirigentes. Era essa escola que iria responder aos seus sonhos de projeção social, que já havia sido garantido a outros alunos no passado, e acreditava-se na repetição do ciclo. Assim a escola pública era bastante valorizada, uma vez que era desejada e disputada no meio social.

Era corriqueiro nos jornais a associação entre o aluno da escola pública e o sucesso no meio social, pois eles destacavam-se nos vestibulares e na conquista de cargos públicos. Assim, acompanha-se o esforço, o sacrifício e o empenho dos alunos e dos seus pais em conseguirem uma vaga naquelas instituições, já que desejavam um futuro promissor para os filhos, queriam que eles se destacassem no meio social e tivessem um bom padrão de vida.

Essa impossibilidade suscitava medo e angústia. É, justamente, esse medo o elemento impulsionador da ação em busca da escola. Ele faz o pai derramar lágrimas por não conseguir matrícula, enfrentar filas estafantes, mendigar uma vaga para o Estado, uma vez que a escola pública era o referencial objetivo que se apresentava como aquele capaz de conferir aos que por ela passavam o certificado que iria abrir as portas do futuro, possibilitando obter o sucesso na profissão que trilharia.

Também, observamos o orgulho que era ser aluno da escola pública. Nesta década, ela se distingue pelo grau de dificuldade para se ter acesso aos seus bancos. A disputa por uma vaga era travada a partir do excludente exame de admissão; pela capacidade que o aluno deveria comprovar para ter acesso àquela escola; pela esperança que morre quando suas portas se fecham diante daqueles que só tem a ela como opção. Portanto, estudar na escola pública era um privilégio.

Esse privilégio, que ela conferia ao estudante, estava, justamente, em pertencer ao corpo daquela instituição. Se havia obstáculos a serem superados para ser parte da escola, e, se apenas um número mínimo de estudantes estava apto a superá-los, era esse que conquista a posição de destaque. Na concepção da sociedade, os estudantes aprovados eram os melhores,

merecedores de todos os elogios e distinção. De Pronto, todo estudante da escola pública era reconhecidamente valorizado na sociedade.

Os jornais legitimavam o ensino oferecido na instituição pública como sendo o melhor. Essa imagem era produzida ao destacar o nome dos diretores, professores, alunos e familiares nos jornais que circulavam na cidade quando esses realizavam suas festas. A escola pública secundária, na maioria das vezes, era citada para ser engrandecida. Por isso, a confiança na instituição, o que gerava o orgulho daqueles que vestiam a sua farda.

Portanto, identificamos no *corpus* da amostra de jornais da década de 1960, conteúdos positivos nas Representações Sociais relacionados às escolas públicas de Teresina.

Bibliografia.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Paris: Universidade de France, 1977.

FLAUSINO, Márcia Coelho. Notícia: Conduzindo a Compreensão da Realidade - Cotidiano, Imaginário e Representações Sociais. In: BARROS, Antônio, DUARTE, Jorge e MARTINEZ Regina. (Org.). **Comunicação Discursos, Práticas e Tendências**. São Paulo: Rideel Uniceub, 2001, (p.103-118).

GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra. Introdução. In: GUARESCHI, P e JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos Em Representações Sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, (p.17-25).

JODELET, Denise. Representação Social: Um Domínio em Expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001, (p.17-41).

MOSCOVICI, Serge. **Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos Em Representações Sociais**. 4. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, (p.7-16).

_____. Das Representações Coletivas às Representações Sociais: Elementos Para Uma História. In: JODELET, Denise (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, (p.45-64).

NOBREGA, Sheva Maia. Sobre a Teoria das Representações Sociais. In: MOREIRA, A Silva Parente e JESUINO J. Correia (Org.). **Representações Sociais – Teoria e Prática**. Paraíba: Editora Universitária de João Pessoa, 2003, (p.51-80).

PENIN, Sonia. **Cotidiano e Escola: A Obra em Construção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

PUGLISI, M. Laura e FRANCO, Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação** – Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas –SP: Editora Autores Associados, 1998.

SHIROMA, E. Oto, MORAES M.C.Marcondes e EVANGELHISTA, Olinda. Reformas de Ensino, Modernização Administrativa. IN: **Política Educacional**. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, (p 17-100).

No último domingo dia 30, consagrado a Cristo Rei, os Grupos Escolares de nossa capital, pertencentes à paróquia da igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, realizaram a 1º comunhão dos seus alunos. Presentes à cerimônia estiveram os pais dos alunos e familiares. No grupo Escolar Engenheiro Sampaio, as professoras ofereceram aos pais e alunos do referido grupo uma mesa de bolos e chocolates (O Dia 04/11/66, p.04 coluna: Andréa Apresenta: Panorama Social).

José de Ribamar Viana – É filho de José Torquato Viana e Antônia Martins da Trindade Viana. Natural de Teresina, onde nasceu a 6 de julho de 1931. cursou o Grupo Escolar Abdias Neves; a escola do Pe. Moisés, Escola do Prof. Dinis; Ateneu Piauiense; Seminário Arquidiocesano de São Luis do Maranhão: (sic); **Colégio Estadual do Piauí** e Colégio Demóstenes Avelino. Viana já desempenhou altas funções públicas no Estado, foi professor da Escola São Francisco de Sales; Chefe de Serviço da “Sul América”, Companhia Nacional de Seguros de Vida; Sub-Chefe do Escritório do Banco do Nordeste do Brasil S.A; Chefe do Setor de Crédito Rural e Industrial do Banco do Nordeste, Gerente Administrativo da Cooperativa Agrícola Mista do Piauí.[...](grifo nosso).(O Dia 07/12/66 P.03 Foto 158 Titulo - Bacharelados de 1966 da Faculdade de Direito do Piauí).

Laura Leite de Moura é filha de José Leite de Vasconcelos e Antonina Rosa Moura. Natural de Valença do Piauí. Frequentou os seguintes estabelecimentos: Grupo Escolar “Côn. Acelino”, em Valença, onde cursou o primário; **Escola Normal “Antonino Freire”, onde fez os cursos ginasial e pedagógico**; Escola Técnica de Comércio do Piauí, onde fez todo o curso de Contabilidade. Laura foi funcionária pública estadual. Atualmente, é funcionária da Previdência Social servindo no IAPI, onde pretende continuar trabalhando. Tenciona exercer a advocacia (grifo nosso)(O Dia 08e09/12/66 P.03 Foto 167 Titulo - Bacharelados de 1966 da Faculdade de Direito do Piauí).